

A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar

The Political Psychology in Brazil:
memories and pathways on the formation
of an interdisciplinary field

La Psicología Política en Brasil:
recuerdos y percursos sobre la constitución
de un campo interdisciplinar

Alessandro Soares da Silva*
alessoar5es@usp.br

Resumo

A Psicologia Política é um campo de conhecimento de natureza interdisciplinar e que possui seu desenvolvimento histórico pouco investigado. Essa realidade faz com que muitos dos sentidos possíveis para ela sejam ainda um desafio investigativo e, do ponto de vista da filosofia e da história do conhecimento, urgem pesquisas que ajudem a pensar as relações entre passado, presente e futuro da mesma. Portanto, neste artigo nossa intenção é contribuir, sem esgotar, para o esclarecimento dessa situação. Particularmente no Brasil, podemos dizer que são muitas as questões a serem investigadas. Assim, por esse motivo procuramos incursionar no universo das obras de Victor de Britto e de Oliveira Vianna, autores do princípio do século XX e no desenvolvimento institucional do campo a partir dos anos de 1980. Nesse sentido, o presente texto serve como um mapa geral dos caminhos da Psicologia Política brasileira e das diversas possibilidades de pesquisa que ainda precisam ser enfrentadas pela comunidade acadêmica.

Palavras-chave

Psicologia Política, História da Psicologia Política, Victor de Britto, Oliveira Vianna, ABPP.

* Filósofo graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestre e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e livre docente em Sociedade, Multiculturalismo e direitos pela Universidade de São Paulo. Atualmente é docente do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, Alessandro Soares da. (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, 12(25), 409-425.

Abstract

The Political Psychology is a field of knowledge of an interdisciplinary nature and its historical development that has little investigated. This reality makes many possible directions for it are still challenging investigative and from the point of view of philosophy and the history of knowledge, research that help urge to think the relationship between past, present and future of the same. So in this article we intend to contribute, without exhausting, for clearing this situation. Particularly in Brazil, we can say that there are many issues to be investigated. So for this reason we seek to penetrate the universe of works of Victor Britto and Oliveira Vianna, authors of the early twentieth century and the institutional development of the field from the 1980s. Accordingly, this text serves as an overview map of the paths of the Brazilian Political Psychology and the various research possibilities that have yet to be addressed by the academic community.

Keywords

Political Psychology, History of Political Psychology, Victor de Britto, Oliveira Vianna, ABPP.

Resumen

La Psicología Política es un campo de conocimiento de naturaleza interdisciplinaria y que posee su desarrollo histórico poco investigado. Esa realidad hace con que muchos de los sentidos posibles para ella aún sean un desafío investigativo. Así, del punto de vista de la filosofía y de la historia del conocimiento, urgen trabajos que ayuden a pensar las relaciones entre pasado, presente y futuro de la misma. Por lo tanto, en este artículo nuestra intención es contribuir, sin agotar, para el aclaramiento de esa situación. Particularmente en Brasil, podemos decir que son muchas las cuestiones a ser investigadas y, por ese motivo procuramos incursionar en el universo de las obras de Victor de Britto y de Oliveira Vianna, autores del principio del siglo XX y en el desarrollo institucional del campo a partir de los años de 1980. En ese sentido, el presente texto sirve como un mapa general de los caminos de la Psicología Política brasileña y de las diversas posibilidades de trabajo investigativo que aún se necesita hacer.

Palabras clave

Psicología Política, Historia de la Psicología Política, Victor de Britto, Oliveira Vianna, ABPP.

Introdução

Pensar quais seriam os marcos históricos da Psicologia Política no Brasil é por si só desafiador. Na realidade, muitas são as informações que se poderiam compilar aqui se desenhassemos este artigo desde a análise das produções bibliográficas. Contudo, esta não será nossa abordagem, inclusive porque a produção é bastante vasta quando comparada ao tamanho da comunidade científica e profissional que se reconhece enquanto psicólogas e psicólogos políticos/os.

Aqui nesse trabalho faremos uma análise breve, porém atenta, do processo de institucionalização da Psicologia Política enquanto um campo interdisciplinar de conhecimento, uma característica importante do desenvolvimento local deste campo de saberes. Além de mostrarmos alguns autores e grupos que foram importantes nesse processo, tentaremos realizar aqui um mapeamento inicial da rede de pesquisadores e instituições que acolhem de alguma forma a nascente Psicologia Política brasileira.

O Pioneiro Victor de Britto

Ainda pouco estudado e conhecido dos(as) atuais pesquisadores(as) do campo psicopolítico, Victor de Britto é o autor que por primeira vez utiliza o termo *Psychologia Política* em sua obra *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de Psychologia política*, publicada em 1908. Britto nasceu em Valença (BA – Brasil) a 15 de outubro de 1856 e faleceu em Porto Alegre a 24 de outubro de 1924 com a idade de 68 anos. Muitas pessoas desinformadas o confundem com o psiquiatra Victor de Britto Velho, personagem importante na constituição da Psicologia gaúcha.

Nosso pioneiro formou-se 1878 em Medicina na Bahia, exercendo essa profissão em Valença até idos de 1891, quando deixa a Bahia rumo ao Rio Grande do Sul. Inicialmente ele instala-se em Pelotas, onde vive até 1902, ocasião na qual se muda para a capital Gaúcha, Porto Alegre. Victor de Britto deu importantes contribuições no campo da institucionalização do saber médico e no exercício da política. No primeiro campo, ele atuou na fundação da Sociedade de Medicina de Porto Alegre e da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, tendo nesta última exercido a função de docente e de vice-diretor; foi diretor da Casa de Saúde Porto-Alegrense e membro da Academia Nacional de Medicina. No segundo campo, a arena política, exerceu mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul, entre 1912 e 1914.

Além da obra que destacamos para o campo psicopolítico, Victor de Britto publicou obras como *O sufrágio universal* e *A Democracia representativa* (1903), *Paradoxos do gênio* (1906), *A Reforma do Ensino* e *A Personalidade Olavo Bilac* (1916). *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de Psychologia política* é uma obra publicada treze anos após o fim da Revolução Federalista (1893-1895), na qual o autor estuda a personalidade carismática das duas lideranças que comandaram os bandos que se enfrentaram nesta guerra civil. Nas 74 páginas de seu “estudo crítico de psychologia política” o autor analisa um dos confrontos políticos, ideológicos e militares constituintes da formação histórica sul-rio-grandense. O conflito estudado por Britto é o cúmulo da transição Monarquia-República e repercutiu durante o período da República Velha, pois em seu tempo havia tomado dimensões nacionais e colocou em risco a república nascente sob a presidência de Floriano Peixoto.

Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos, as personagens da obra, presidiram, respectivamente, o Partido Federalista do Rio Grande do Sul e o Partido Republicano Rio-grandense e representaram dois ideais que se antagonizavam no campo político da república nascente: *a.* a maior autonomia dos estados, um regime descentralizado e a defesa de um sistema parlamentarista nos moldes do II Reinado e *b.* a constituição de uma República Presidencialista, forte e centralizadora nos moldes propostos por Floriano Peixoto durante seu governo. Quando da eclosão do que se chamou, inadequadamente do ponto de vista conceitual, de *Revolução Federalista*, Castilhos havia sido eleito pelo voto direto presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Após o fim da revolução, muito se escreveu sobre ela durante as primeiras décadas subsequentes ao conflito e a partir do olhar de cada um dos lados envolvidos, refletindo polarização político-partidária que marcou o Estado em sua história.

A obra de Victor de Britto não foge a essa lógica do momento. A leitura que o autor faz da Revolução Federalista baseia-se em um olhar personalizado do conflito na figura dos líderes revolucionários, Martins e Castilhos. Nesse sentido, perto de concluir o livro, ele escreve que “A guerra civil de 1893 teve sua causa primeira o choque de dous grandes ideaes, e nisto consiste, acima de tudo, a importância dela entre os mais notáveis acontecimentos da história pátria.” (Britto, 1908:61-62).

Parece-nos que esta obra segue os rumos da produção dos pioneiros da Psicologia Política francesa como apontou Dorna (1998), pois da mesma forma que:

A comienzos del siglo XIX la búsqueda de estabilidad social y la necesidad de construir un cuerpo teórico, capaz de interpretar la convulsionada realidad de la época, hacen que los trabajos de Fourier, Tocqueville, Taine, Renan, entre otros pensadores, se inscriban dentro de una interpretación histórica y psicológica de los eventos sociales (1998:50).

Os acontecimentos revolucionários que ilustram a história gaúcha – Revolução Farroupilha (1835-1945) e Revolução Federalista (1893-1895) – podem ser eventos que conduzem a essa leitura que aponta para uma *psychologia política* nascida do encontro entre história e política, ao molde do que ocorrera na França.

Assim, Victor de Britto também teria em comum com os pensadores Franceses o que Dorna entendeu como sendo “una gran convergencia psicológica que se revela, bajo formas sutiles, cuando tratan de analizar los procesos que regulan la acción colectiva e individual” (1908:50). Certamente o grau de complexidade e de elaboração de Britto frente a autores como Tocqueville é incomparável. Entretanto, entrevemos em seu texto um desejo de produzir uma reflexão nesse campo de fronteiras.

Estruturalmente, o livro, com brevidade, destaca alguns aspectos biográficos, a visão e a forma dele fazer história; as posições do autor no que concerne à Revolução Federalista e a seus líderes, concluindo com os motivos que o levam a se identificar com uma das partes contenciosas. Nesse esforço, o autor destaca as *individualidades de Gaspar Martins e Júlio de Castilhos*”:

Em breve trabalho de *synthese*, dentro dos limites intransponíveis da verdade e dos dictames da crítica imparcial, encararei as individualidades de Gaspar Martins e Julio de Castilhos em suas relações com os altos problemas sociais, em que mais activamente se agitaram seus espiritos no cenário político nacional: – em nome de que ideaes se apresentaram, como se desempenharam nos papeis que a Fortuna lhes commetteu; qual o juízo de seus coevos e o da Posteridade que começa; quaes os feitos que os enaltecera e

os legados que deixaram á Patria; quais os corolários, que se estão impondo na actualidade, da influencia por elles exercida nos destinos do Rio Grande do Sul.” (Britto, 1908:10-11).

Em trabalho escrito em 1997, Francisco Alves analisa essa mesma obra e aponta para o fato de que a abordagem que realiza Britto da Revolução Federalista é marcada pelo indivíduo, o qual é *sobredesacado*, o que terminaria sendo um impeditivo para a obtenção de uma leitura que não pendesse pra algum lado e que se mantivesse imparcial. Ao usar a obra de Britto como um caso de leituras personalistas daquela guerra civil, Alves (1997) escreve:

Uma das formas de abordagem típica de obras sobre a Revolução de 1893, a personalização do conflito, é a característica marcante do trabalho de Britto, na qual se faz presente uma supervalorização do papel do indivíduo na história, numa verdadeira mitificação da figura do herói, dos “grandes homens”, atuando como “instrumentos” do progresso e da civilização e agindo até o extremo do “sacrifício” pessoal em nome do bem comum (1997:37).

Mas por outra parte essa leitura, ainda que ideologicamente enviesada, constrói-se no marco do que se chamou no século XIX (e ainda hoje) de Psico-história. Nesse modelo de trabalho, a análise das biografias de personalidades importantes, carismáticas e significativas do ponto de vista da história foram e são trabalhos que conformam uma das áreas consagradas da Psicologia Política na atualidade: as psicobiografias políticas mais comuns em países anglo-saxões.

Por outra parte, nos parece acertada a nomeação do estudo como sendo um estudo psicopolítico, pois ele trata de um evento político no qual houve mais de 10.000 mortos e alguns momentos marcadamente bárbaros como as degolas dos prisioneiros de ambos os bandos. Naquele instante o efeito carismático dos líderes era incontestado e movimentou forças, recursos e vidas por muito tempo. Entender o fascínio que cada qual exerceu sobre seus seguidores e os elementos que mobilizaram pessoas a seguirem as crenças e valores que eles defendiam e eram um estandarte vivo era, de certa maneira, o interesse de Victor e Britto.

Portanto, pensamos que esta obra, ademais de necessitar ser mais amplamente estudada, também poderia inscrever-se no âmbito das relações políticas entre indivíduo e Estado que marcam as discussões de Boutmy (1901, 1902) e que marcarão os debates de Gustave Le Bon (1910[1921]:4), para quem a Psicologia Política será a “Ciência do Governo”. Um trabalho mais efetivo nesse campo da ciência do Governo fará décadas mais tarde Oliveira Vianna, pensador que atuará como um dos ideólogos, se assim podemos dizer, do Estado Novo de Vargas.

A Psicologia Política como Ciência do Governo na Atuação de Oliveira Vianna

José Francisco de Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, na antiga Província Fluminense, no dia 20 de julho de 1883, na Fazenda do Rio Seco, falecendo na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em 27 de março de 1951. Desde cedo teve inclinação pelo estudo da matemática, pretendeu ingressar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas terminou por cursar Direito, graduando-se em 1905 em Niterói. Desde os últimos anos de faculdade passou

a escrever em diferentes meios de comunicação, merecendo destaque os jornais *Diário Fluminense*, *A Capital*, *A Imprensa*, *O Paiz* e na paulistana *Revista do Brasil*. Em 1916 Oliveira Vianna passa a ser professor de *Teoria e prática do Processo penal*, na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro.

Mas é apenas após a Revolução de 1930 e a tomada do poder por Getúlio Vargas que Oliveira Vianna tornou-se consultor da Justiça do Trabalho. Foi por meio dessa posição que ele pode influir decisivamente na elaboração da nova legislação sindical e trabalhista brasileira, tanto do ponto de vista técnico-jurídico quanto do ponto de vista dos princípios políticos que a orientava. O autor também veio a ser indicado por Getúlio Vargas para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal, mas declinou. Em 1940 foi-lhe oferecido, e aceitou, tornar-se ministro do Tribunal de Contas da União.

Para Oliveira Vianna o traço mais característico dos indivíduos e dos grupos na sociedade brasileira era o *insolidarismo*. Graças a esse dito traço, o autor defendia o papel educador, mas coercivo, do Estado para a formação de um comportamento *culturológico*. Tal conduta gerada pelo Estado deveria sobrepujar o *insolidarismo* de indivíduos e grupos. Pode-se dizer que seu pensamento fazia uma leitura psicopolítica da educação, pois a via como educação política como bem aponta Odair Sass (2005a):

a educação é entendida pelo autor como educação política do povo para superar a inércia social fundada na tradição e nos costumes bem como a coação imposta por transformações exógenas conduzidas pelo Estado, na mesma proporção que rejeita a educação reduzida, pelos reformadores, à alfabetização. (2005a:2)

Há, sem dúvida, uma visão nacionalista, modernizadora e desenvolvimentista da ação do Estado junto ao povo na concepção do autor. Entretanto, essa dimensão fará de seu pensamento uma espécie de manual para aqueles que desejam controlar a ação individual e grupal da população. Acerca de seu modo de pensar, o autor escreveu em seu *Pequenos estudos de Psicologia Social* (1921) que “o primeiro dever de um verdadeiro nacionalista é nacionalizar suas idéias — e o melhor caminho para fazê-lo é identificar-se, pela inteligência, com o seu meio e a sua gente.” (Oliveira Vianna, 1921:iv). Nessa obra, por exemplo, a divisão é, por si mesma, reveladora de uma Psicologia Política. Ao dividir o livro em *o meio social*, *o meio político*, *o meio sertanejo*, *o homem e a raça*, o autor abre caminhos para uma discussão na qual não há como pensar a constituição do homem que não seja atravessada pela política, fazendo do agir humano um agir que podemos chamar psicopolítico.

Oliveira Vianna publicou diversos livros. Nenhum deles se chamou psicologia política, mas em alguns inclusive usou o termo, sendo essa a perspectiva que orientará sua produção, a qual é mais comumente lida como sendo de corte sociológico ou como psicologia social. São de sua autoria *Populações Meridionais do Brasil: populações do Centro-Sul*, – volume I (concluído em 1918 e publicado em 1920), *O Idealismo da Constituição* (1920), *Pequenos estudos de Psicologia Social* (1921), *Evolução do Povo Brasileiro* (1923), *O Ocaso do Império* (1925), *Problemas de Política Objetiva* (1930), *Formation Ethnique du Brésil Colonial* (1932), *Raça e Assimilação* (1932), *Problemas de Direito Corporativo* (1938), *Problemas de Direito Sindical* (1943), *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) e a coletânea de ensaios intitulada *Direito do Trabalho e Democracia Social* (1951). O segundo volume de *Populações meridionais do Brasil*, foi concluído juntamente com o exercício de Ministro do Tribunal de Contas da União e publicado postumamente em 1952. Essa obra dedicou-se ao

estudo do campeador rio-grandense. Outras publicações póstumas são *Problemas de Organização e Problemas de Direção* (1952), *Introdução à História Social da Economia Pre-capitalista no Brasil* (1958). Ainda sem publicação existem os títulos *História Social da Economia Capitalista no Brasil*, *História da Formação Racial do Brasil* e *Ensaio*.

Como já apontaram autores como Maria José Rezende (1999) e Odair Sass (2005ab; 2011) Oliveira Vianna faz coro com um conjunto de autores que são essenciais para entendermos o “pensamento conservador sobre as (im)possibilidades de que ocorram mudanças sociais no Brasil” (Rezende, 1999:149). Como apontou Sass (2005ab), esse autor fez da psicologia social uma psicologia política, sendo ele o primeiro autor brasileiro a adotar a psicologia social como um modo de interpretar o homem brasileiro em relação ao meio sócio-cultural e a organização política brasileira. Nesse sentido, ele destaca que

o significado atribuído por Oliveira Vianna à Psicologia Social aproxima-se bastante daquele assumido pela tendência francesa de tradição durkheiminiana, com uma aplicação singular à época em que escreveu, pois, inscreve a psicologia social como psicologia política, especificamente, como elemento central de sua análise sobre as carências da vida política brasileira e básico para aquilo que ele denomina de “tecnologia das reformas sociais” (Sass, 2005a).

Rezende (1999) ao analisar a obra de Oliveira Vianna, de modo particular a obra *Populações meridionais do Brasil* (1920; 1952), lista um conjunto de preocupações que seriam de cunho psicopolítico, entre elas a consciência coletiva, um elemento que, a nosso ver, se antagonizaria com o *insolidarismo* e contribuiria para a *culturologia* do Estado. Mas não só, é certo que o pensamento conservador e autoritário de Oliveira Vianna foi útil tanto no Estado Novo com o qual contribuiu em vida, mas também para os momentos que antecederam o golpe militar de 1964 e nos anos iniciais do regime. Graças a ele a psicologia social se converte em uma tecnologia social e educacional para o controle social da população. Assim, nas palavras de Rezende (1999):

Em *Populações meridionais do Brasil* e também em outras obras, Oliveira Vianna apresenta uma significativa preocupação com a psicologia política. O sentimento de liberdade, a subconsciência, a psique e consciência coletivas, índole, valores, cultura, dentre outros, eram discutidos dentro daquela temática. Sem nenhuma dúvida ele plantava a semente da discussão feita décadas depois, nos anos que antecederam o golpe de 1964 e durante o regime militar, em torno das estratégias psicossociais que deveriam ser implementadas pelo Estado. (1999:158)

Entendemos que o pensamento de Oliveira Viana fez com que a psicologia social passasse a uma psicologia política exatamente por sua interface com o interstício do conhecimento. Para ele, a psicologia política estudaria “o conteúdo psicológico da atividade política brasileira e a carência de motivações coletivas nos comportamentos partidários.” (Oliveira Vianna, 1987:254, grifos no original).

O autor formado em direito, amante da matemática e de dimensões sociológicas, um jornalista amador e inserido no meio político acaba por aproximar-se visivelmente de questões que o levaram a pensar o sujeito no coletivo e o papel do coletivo e das instituições na vida do sujeito. Desta feita, a produção de Oliveira Vianna se constrói

interdisciplinarmente, o que lhe permite produzir sua própria psicologia política, a qual é a evolução de uma *psicologia do povo-massa*.

Na obra *Instituições políticas brasileiras* (1949) recorda trabalho anterior no qual se debruçou sobre as questões culturais dedicadas às relações entre elite e *povo-massa* que vivia nos sertões, matas, planaltos e pampas, sendo o destaque o estudo dos costumes e dos direitos do *povo-massa* e não os da elite. Em seu *Pequenos estudos de Psicologia Social* (1921), o autor é enfático ao dizer que seus textos “inspiram-se num pensamento contrário a essa xenophilia exagerada de nossas elites políticas e mentaes: o seu ponto de partida é a nossa gente, o nosso homem, a nossa terra, isto é, o quadro das realidades sociais e naturaes, que nos cerca e em que vivemos.” (Oliveira Vianna, 1921:iv).

Como o próprio autor faz notar em sua obra de 1949, há um laço inequívoco entre as obras de 1920 e a de 1949. Nesse cenário, o autor escreveu que

antes de me lançar nos estudos do *direito trabalhista*, de 1932 até 1940 [...] eu já havia me deparado, desde 1920, com uma outra camada de nosso direito costumeiro, também inexplorada e cuja sondagem fui, no Brasil, o primeiro a realizar: a camada do nosso direito *público, constitucional e administrativo*, elaborado [...] também pela atividade e espontaneidade criadora do nosso povo-massa. Do nosso povo-massa, já agora não mais dos *centros urbanos* da costa e do planalto; mas, do povo-massa das *regiões rurais* do país, habitante de sua amplíssima hinterlândia, fora da área metropolitana das capitais estaduais e da capital fluminense. (Oliveira Vianna, 1987:20).

Oliveira Vianna dedica-se ao estudo do *povo-massa* em sua obra para tentar auxiliar na superação do que ele classificava como sendo a “carência de uma cultura política e de uma experiência democrática do povo brasileiro” (Sass, 2005a:4). Para Oliveira Vianna, nessas paragens haveria

uma democracia real, vivaz, actuante, culta, tradicionalmente versada no trato dos negocios publicos”, enquanto “aqui, o que existe é a negação de tudo isto, é uma democracia inconsciente de si mesma, absenteísta, indiferente, completamente alheia á vida administrativa e política do paiz. Lá, ... o silencio dos grandes homens do campo dos debates políticos seria supprido pelo proprio civismo dos cidadãos, pelo instinto politico das massas, pelos habitos millenarios de *self-government* e democracia. Aqui, ... só a presença constante, assídua, insistente, dos dirigentes nos comícios, na imprensa, nas assembléas ... é que poderia dar ao povo, aos cidadãos em geral, o conhecimento mais ou menos exacto dos negocios publicos, um criterio seguro de conducta eleitoral — enfim, um pouco de aptidão democratica (Oliveira Vianna, 1923:62, grifos no original)

Ao refletir sobre as relações entre o direito, a cultura e o comportamento social, se pode observar um esforço intelectual que culmina na produção de uma psicologia política que é explicitada na quarta parte do livro *Instituições Políticas Brasileiras*. Ao fazê-lo o autor busca elucidar os motivos pelos quais não haveria uma prática democrática no Brasil e porquê este estaria submetido ao governo de elites míopes e despreparadas. Assim, parece-nos adequado o que afirma Odair Sass (2005a:6-7):

se a psicologia social é um componente decisivo para a interpretação do autor acerca da cultura e da formação social e política do brasileiro, ao longo de sua obra, não é menos procedente afirmar que ela deixa de ser uma psicologia dos povos e das massas, marcada

pelo ensaísmo de *Pequenos estudos...*, para se converter em instrumento fundamental da metodologia do direito público e da tecnologia das reformas sociais, ou seja, a psicologia social converte-se em psicologia política.

Outros autores como Oliveira Vianna e Victor de Britto poderiam ser lembrados aqui, mas passamos a fazer a seguir breves apontamentos sobre autores que terão um papel importante na formação das atuais gerações de Psicólogos(as) políticos(as) brasileiros(as).

As Contribuições de Silvia Lane, Leoncio Camino e Salvador Sandoval

Como bem se pode notar, neste artigo não pretendemos fazer uma análise exaustiva de cada um destes autores, mas sim pontuar elementos do trabalho de quem fez a Psicologia Política acontecer no Brasil. Nesse sentido, destacamos a atividade intelectual e militante de Silvia Lane¹, Leoncio Camino² e Salvador Sandoval³. Cada um a seu modo e desde lugares teóricos diferentes atuaram de modo a consolidar diferentes formas de pensar e fazer Psicologia Política, formando, de certa maneira, distintas “escolas” de pensamento e prática psicopolítica.

A partir da produção intelectual militante de Silvia Lane se construiu no Brasil uma Psicologia comprometida social e politicamente, inclusive tendo efeitos sob determinadas correntes clínicas de corte marxista. Ela foi uma presença marcante nas Psicologias Social e Comunitária Brasileiras. Tendo produzido importantes trabalhos que versavam o tema dos processos de conscientização política, ela também influenciou a psicologia política a partir de uma leitura psicossocial da realidade. A esse respeito escreveram Helerina Novo e Maria de Fátima Quintal de Freitas (2007):

Campos como a Psicologia Social, a Psicologia (Social) Comunitária e a Psicologia Política – no Brasil e na América Latina – passam a ter um significado único e singular quando surgem e se fortalecem tendo o matiz e a influência de Silvia Lane. Ela sempre foi uma das maiores defensoras da Psicologia em nosso país e continente. Teve sempre a capacidade de aglutinar, mesmo quando era implacavelmente crítica, mas sempre respeitadora e, por isto mesmo, soube trazer os adversários para uma luta pela profissão e pela produção ligada à nossa realidade. Já nos anos 60 e 70, Silvia Lane falava do caráter político da Psicologia e, em certa medida, ela foi a madrinha da Psicologia Política que vai se fortalecendo, também, no Brasil, já em meados dos anos 80 dentro desta vertente de politização da consciência, como se referia.

Em certa medida a Psicologia Política Brasileira foi gestada em paralelo com a Psicologia Social, visto que nomes importantes que atuaram na fundação da Associação Brasileira de

¹ Nasceu em São Paulo a 03 de fevereiro de 1933, formou-se em Filosofia na Universidade de São Paulo em 1956. Ela foi professora na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde foi uma das fundadoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Faleceu em São Paulo em 2007.

² Natural do Peru, nascido em 24 de junho de 1940, é professor emérito da Universidade Federal da Paraíba. É graduado em Filosofia e Psicologia, tem doutorado em Psicologia pela Universidade de Louvain, na Bélgica.

³ Nasceu em El Paso, Estados Unidos da América, em 14 de dezembro de 1946. Graduiu em História da América Latina, e doutorou-se em Ciências Políticas na Universidade Michigan (EUA).

Psicologia Social (ABRAPSO) durante os anos de 1980 também contribuíram para a produção de uma Psicologia Política de corte psicossocial. Neste cenário é importante a contribuição de Sílvia Lane que, além de co-fundar a ABRAPSO, influenciou para a politização da ação de psicólogos/os e para uma prática psicossocial mais interdisciplinar. Destacamos que foi Sílvia que introduziu no Programa de Psicologia Social da PUCSP a disciplina de Comportamento Político e conduziu a contratação, em 1978, do professor Salvador Sandoval para ministrá-la e orientar pesquisas nesse campo. A chegada de Sandoval ao programa vinha reforçar os esforços formativos de Sílvia no campo da Psicologia Social Comunitária que era socialmente comprometida.

A insistência de Sílvia em construir uma práxis que realmente se preocupava com um ‘fazer psi’ que rompia com a ideia de neutralidade e que assumia a centralidade do exercício cidadão expresso no compromisso social, foi a base de uma Psicologia Política comprometida com a realidade e que trilhava a perspectiva libertadora inaugurada por Ignacio Martín-Baró (1985, 1991). Daí nasce uma psicologia social politicamente engajada. Este fazer de Sílvia encontrava ressonância em fazeres de outros psicólogos sociais, politólogos e sociólogos latinoamericanos. A escola de Sílvia Lane faz coro não só com o pensamento de Ignacio Martín-Baró (El Salvador), mas também com as proposições de Ignacio Dobles (Costa Rica) e Maritza Montero (Venezuela).

A partir desta visão “Libertadora” que Martín-Baró inaugura consolida-se em toda latinoamérica a Psicologia da Libertação, a qual se confunde muitas vezes em seu fazer com a Psicologia Social Comunitária inaugurada por Sílvia Lane. Mas esse fazer politicamente comprometido vai gerar, por uma parte, uma nova forma de fazer Psicologia Social e, por outra, uma linha de pensar e agir no campo da Psicologia Política. Nesse sentido, alguns (Furtado, 2000), inclusive chegam a perder de vista os múltiplos sentidos dos fazeres de Sílvia Lane, assumindo posturas unidirecionais de suas práticas, inclusive negando a possibilidade de se pensar numa Psicologia Política. Mas de fato o que importa é que não é suficiente uma psicologia comprometida para que se faça Psicologia Política. E Sílvia o sabia, a ponto de haver sido Fundadora Emérita da Sociedade Brasileira de Psicologia Política ao lado de Maritza Montero e de Leoncio Camino, seu primeiro presidente, e de Salvador Sandoval, criador do primeiro grupo de pesquisa brasileiro em Psicologia Política. Foi a partir deste grupo, criado com o apoio de Sílvia Lane, que se iniciaram a Sociedade e a Revista Psicologia Política, ambas uma derivação do I Simpósio Nacional de Psicologia Política ocorrido em maio de 2000 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e organizado pelo Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais desta instituição.

Sandoval foi fundador e Editor da Revista Psicologia Política (juntamente com Marco Aurelio M. Prado, e um grupo de orientandos), a qual teve seu primeiro número organizado a partir das conferências de quem falou no primeiro Simpósio. Nessa linha, é claro que a Psicologia Política não é o mesmo que a politização da Psicologia nem a Psicologização da Política. A diferença entre estes posicionamentos e o que pretende a Psicologia Política enquanto campo de conhecimento está em não entender a psicologia política como mero processo de politização de práticas psi, mas na produção de um campo de estudos científicos nascidos da interação de diversos campos do saber, principalmente da Política e da Psicologia (Silva, 2012).

Mas outro elemento que contribuiu consideravelmente para o desenvolvimeto inicial da Psicologia Política Brasileira foi a parceria estabelecida entre os grupos de pesquisa

coordenados por Salvador Sandoval (NUPMOS) e por Leoncio Camino (Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP). Ambos nutriam seus grupos de pesquisa com seus estudantes de graduação e pós-graduação. Contudo, como na UFPB não houve por muito tempo um programa *stricto sensu* com o nível de doutorado em Psicologia, muitos dos estudantes de Leoncio migraram a São Paulo no intuito de continuar sua formação. Com essa parceria, eles formaram uma parcela significativa de pesquisadores(as) que viriam a criar seus próprios grupos de pesquisa com enfoques psicopolíticos.

A colaboração entre eles e seus/suas estudantes contribuiu para que a Psicologia Política fosse sempre um eixo de trabalho nos encontros da ABRAPSO. Também desta parceria surgiu o atual grupo de trabalho em Psicologia Política que se reúne na Associação Nacional de Pesquisa e Programas em Psicologia – ANPPEP.

Se, como dissemos, Silvia Lane trilha as sendas de um perspectiva de leitura marcada pelo compromisso social de quem pesquisa e faz Psicologia Política e de corte psicossocial, podemos dizer que as escolas de Leoncio Camino e Salvador Sandoval seguem caminhos que, epistemologicamente guardam diferenças. Leoncio, como bem demonstram suas publicações, busca construir uma Psicologia Política de corte psicossociológico. E isso se expressa de modo claro na obra organizada por Ana Raquel Rosas Torres, Marcus Eugênio Lima, e Joseli da Costa (2005) intitulada “A Psicologia Política na Perspectiva Psicossociológica: O estudo das Atividades Políticas” lançado como parte das comemorações dos 25 anos do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da UFPB coordenado por Camino.

A marca das preocupações de Leoncio Camino no campo da Psicologia Política foram enfrentadas a partir não da leitura mais habitual da Psicologia Social, mas sim da Psicossociologia, o que não é uma diferença menor. Em certa medida, podemos dizer que a psicossociologia pode ser observada por alguns como um corte mais sociológico e menos individualista (portanto mais coletivista) da Psicologia Social. Fenômenos e atores coletivos são o centro da preocupação investigativa de quem se alinha a esta perspectiva. Assim greves, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais são alguns dos interesses recorrentes desse grupo. Aqui temos um elemento importante que faz com que o encontro entre psicologia (psicossociologia) e política (comportamento político) gere uma forma bastante recorrente no Brasil de pensar a Psicologia política, e, de modo particular, as questões associadas mais vivamente ao campo de estudos do comportamento político.

No caso dos pesquisadores formados pelo Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política e Movimentos Sociais coordenado por Salvador Sandoval, a perspectiva teórico-metodológica se mostra mais afeita a pensar a Psicologia Política como campo Interdisciplinar. As bases principais deste campo estariam na Política, História, Sociologia e Psicologia Social, sendo as leituras dos fenômenos políticos marcadas por elementos fortemente relacionados com as ciências políticas. Desta feita, o corte politológico dos fenômenos subjetivos é um traço mais radical de seus estudos no instante em que o político e a política sempre estão em relevo nas análises feitas nesse grupo.

Dos Grupos de Trabalho da ANPEPP à ABPP

A criação da *Associação Brasileira de Psicologia Política* (ABPP) em 2000 definiu elementos que têm possibilitado que a Psicologia Política seja reconhecida no país; ela também tem proporcionado um elo entre aquelas pessoas que desejam constituir grupos de

investigação em Psicologia Política e nem sempre encontravam o apoio necessário para seguir com esse propósito adiante. É fato que, desde muito, se buscavam aglutinar esforços para a criação de um espaço institucional que congregasse os(as) estudiosos(as) em/da Psicologia Política. Um exemplo importante destes esforços foi a criação do Grupo de Trabalho (GT) sobre *Psicologia dos Movimentos Sociais*, quando da criação da Associação Nacional de Programas e Pesquisa em Psicologia (ANPPEP), em 1981. Nessa ocasião, buscou-se criar um GT que possibilitasse o intercâmbio entre profissionais comprometidos com temas cotidianos ligados à política e, inicialmente, aos movimentos sociais de modo particular.

Retomar, ainda que brevemente, a trajetória do GT é importante, pois, por meio dele, foi possível costurar redes que permitiram chegar à criação da ABPP; isso também nos permite pensar a diversidade de grupos que vêm surgindo. Assim, é importante dizer que ele passou por algumas mudanças, de modo a ajustar os elementos que seriam constitutivos de uma identidade de grupo. Muitas das pessoas que estiveram nesse GT hoje não participam mais, mas continuam produzindo seus trabalhos no âmbito da Psicologia Política. Isso ocorre, porque os GTs são essencialmente reflexos de redes e redes se sobrepõem.

Do ponto de vista da cronologia, o GT apresentou-se inicialmente com a designação *Psicologia dos Movimentos Sociais*, durante os três primeiros simpósios da ANPPEP (1988, 1989 e 1990). Nos dois primeiros anos, quem o coordenou foi o professor Camino (UFPb) e, em 1990, o professor Sandoval (PUC-SP). Inicialmente, o GT teve como agentes aglutinadores desse processo os professores Leoncio Camino, Salvador Sandoval, Pedrinho Guareschi (PUC-RS), Maria Alice da Silva Leme (USP), Lidio Souza (UFES) entre outros.

Em 1992, o grupo não se reuniu sob esse nome e seus coordenadores integraram o GT *A Pesquisa Interdisciplinar*, coordenado por David W. Carraher (UFPE). Nos simpósios de 1994 e 1996, o grupo passou a chamar-se *Psicologia Política e Movimentos Sociais*, mesmo nome do grupo de pesquisa liderado pelo professor Sandoval na PUC-SP. No ano de 1994, a coordenação esteve a cargo de Salvador Sandoval e, no simpósio seguinte (1996), Sandoval e Camino dividiram a atividade de coordenação. Mas, em 1998, se operou uma nova mudança. O GT passou a chamar-se *Comportamento Político*, nome que permaneceu até 2006.

Nos simpósios VII (1998) e VIII (2000), o GT esteve a cargo de Leoncio Camino, e o GT do IX simpósio (2002), a cargo de Salvador Sandoval. Para o ano de 2004, não encontramos informações sobre o grupo, mas, aparentemente, ele ocorreu sob a coordenação do professor Cornelis Johannes van Stralen (UFMG). Desde essa oportunidade, é ele que tem presidido o GT e foi ele que coordenou a última mudança do nome do GT para *Psicologia Política*. Esta ocorreu em 2008, para adequá-lo à existência da ABPP, associação à qual todos eram filiados.

Sendo esse o GT mais antigo em vigência na ANPPEP (apesar da mudança de nomes, manteve coerência com o próprio campo em toda a sua trajetória), é natural que ele agregue algumas das forças políticas nacionais que atuaram na criação da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). A ABPP foi fundada em 10 de dezembro de 2000, na Escola de Sociologia e Política (ESP), na cidade de São Paulo. Na ocasião, reuniram-se, naquela que foi a primeira escola livre de Sociologia da América Latina (1934), os(as) pesquisadores(as) que, na ocasião, representavam diversas instituições: Alessandro Soares da Silva, Márcia Prezotti Palassi, Soraia Ansara, Zartú Giglio e Pedro de Oliveira Filho, membros do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), liderado por Salvador Antonio Mireles Sandoval; Leoncio Camino Larrain, líder do Núcleo de Estudos sobre Comportamento Político da Universidade Federal da Paraíba

(UFPb) e pesquisadores isolados, como Marco Aurélio Máximo Prado, à época na Universidade São Marcos (UniMarco), e Maria Palmira da Silva, docente da escola anfitriã, ESP.

O número de presentes naquela reunião poderia ter sido maior, visto o número de convidados. Manifestaram-se, por correio eletrônico, favoravelmente à criação da associação importantes pesquisadores como Louise Lullier, líder do Laboratório de Comportamento Político da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Cornelis Johannes van Stralen e Vanessa de Andrade Barros, líderes de um grupo não formal de Psicologia Política existente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Karin von Smigay, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Telma Regina de Paula Souza, da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); Maria Aparecida Morgado, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Maria de Fátima Quintal de Freitas, Universidade Federal do Paraná (UFPR); Maria da Graça Jacques, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Pedrinho Guareschi, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); Celso Zonta, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Joseli Bastos, membro do grupo liderado pelo professor Leoncio Camino.

Essa reunião que resultou na criação da ABPP surgiu quando, após haveremos organizado o *I Simpósio Nacional de Psicologia Política*, em maio de 2000, percebemos que há muito havia um desejo para o estabelecimento desse espaço institucional. Durante o evento, buscamos propositadamente incentivar os presentes a pensar um encontro. Juntamente com os pesquisadores Salvador Sandoval e Marco Aurélio M. Prado, levamos adiante a iniciativa de convocar a reunião de dezembro de 2000.

Muitas eram as ações que ocorreram nos anos de 1980 e 1990 e que levavam àquela reunião, na qual se decidiu definitivamente a criação, não só da associação, mas também da *Revista Psicologia Política*, como veículo oficial da associação. Inicialmente, a associação foi presidida, entre os anos de 2000 e 2002, por Leoncio Camino (UFPb), seguido de Salvador Sandoval (PUC-SP), entre 2002 e 2004; Cornelis Johannes van Stralen (UFMG), entre os anos de 2004 e 2008, e Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG), entre 2008 e 2011. Atualmente, ela está, mais uma vez, sob a presidência de Salvador Sandoval. A Secretaria Geral da associação foi comandada, nessas distintas diretorias, por Louise Lullier (UFSC), Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG), Vanessa Barros (UFMG), Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL) e Cornelis Johannes van Stralen (UFMG).

No que tange à regionalidade das representações, a participação de Minas Gerais e de São Paulo têm sido decisivas para a consolidação das atividades da ABPP. No entanto, a participação das demais regiões, e em especial da região sul, têm crescido.

Os simpósios da ABPP ocorreram em São Paulo – SP, na PUC-SP com o tema *A Psicologia Política no Brasil* (2000); na USP, sendo os temas norteadores *O Público e o Privado nas Políticas Públicas* (2008) e *Perspectivas e Desafios da Psicologia Política no Brasil: 10 anos da ABPP* (2011); em Belo Horizonte – MG, na UFMG e, tendo por temas *Identidade e Política* (2002) e *A Psicologia Política e a Nova Transição Democrática* (2006); em Bauru – SP, na UNESP, com o tema *A Questão Social no Brasil* (2005) e em São Francisco de Paula – RS (2012), sendo *Memória Política, História, Movimentos Sociais e Esfera Pública* o tema desta edição, sediada na UERGS.

No âmbito das relações interinstitucionais, a ABPP participa como membro do Fórum de Entidades de Psicologia e da União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI), na qualidade

de membro fundador, e da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Inclusive, nos anos que não há simpósio, a associação realiza seus encontros dentro da programação da ABRAPSO, sendo que as quatro primeiras diretorias foram eleitas em assembleias ocorridas dentro do encontro desta associação.

Revista Psicologia Política

Em 2001, iniciou-se no Brasil a publicação da revista brasileira, mantida pela Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), sob o nome de *Psicologia Política*. Essa publicação chega ao seu 13º aniversário e se distingue muito das temáticas abordadas pelas outras revistas. Entre os principais debates que ela tem acolhido em suas páginas encontram-se questões relativas ao preconceito e às diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, memória coletiva e socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, relações de trabalho, análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. De fato, a revista destaca ser uma “publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política e tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas”.

Esse periódico nasce concomitantemente com a ABPP e seu primeiro número contém, como dito, algumas das conferências do I Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, ocorrido em 2000, que foram transformadas em artigos. Os textos nela publicados apresentam-se como um importante ponto de intersecção entre a Psicologia e as Ciências Políticas. Do ponto de vista dos aportes teórico-metodológicos, vale ressaltar que ela tem se preocupado em garantir, como se verifica em sua web, um debate no qual:

nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como co-determinantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social.

Num levantamento dos 10 primeiros anos de existência da RPP, identificamos que ela publicou 148 artigos em 20 fascículos, sendo 87,83% da produção de estudiosos brasileiros, 6,75% europeus, 2,02% de autores da América do Norte, 4,72% das Américas Central e do Sul.

A recente fundação da Associação Ibero Latino-americana de Psicologia Política em novembro de 2011 em Córdoba (Argentina). Fez com que a RPP passasse para um novo nível de responsabilidade, uma vez que ela passou a ser um veículo oficial também desta associação científica, no instante em que se abre um terceiro fascículo da revista para a organização coordenada entre os Editores da RPP e a Secretaria de Publicações da AILPP. Nesse sentido, a RPP passa a ser um veículo de integração das distintas visões hermenêuticas sobre a Psicologia Política e contribui para sua consolidação enquanto campo interdisciplinar de saber.

Considerações Finais

Desde que se publicou o primeiro livro de Boutmy (1901), até a fundação de uma entidade supranacional com interesse de desenvolver seus trabalhos nesse campo de encontros que é a Psicologia Política, passaram-se 77 anos, ou 83, desde a publicação do livro de Agustín Álvarez (1894), ou ainda 68 anos, se a conta começar com Le Bon (1910). Quem sabe, exatamente por ter havido essa distância temporal (ainda que, por vezes, ela tenha sido amenizada com a publicação de algumas obras que se enquadravam na Psicologia Política), a fundação em 1978 da *Sociedade Internacional de Psicologia Política – International Society of Political Psychology* (ISPP) tenha sido um momento importante para o campo.

Ainda que o campo, a *disciplina interdisciplinar*, já existisse, tanto nos Estados Unidos da América quanto na Europa, e que, inclusive, pesquisadores de ambas as regiões mantivessem relações de trocas e intercâmbios, as diferenças que existiam entre suas perspectivas eram bastante grandes e importantes, pois as temáticas, os enfoques e os recursos metodológicos utilizados os distinguiam na forma de entender e atuar no campo psicopolítico.

O nascimento da sociedade foi resultado de esforços concretos para se estabelecer definitivamente o campo como *disciplina* a nível mundial. Foi o primeiro ato mais concreto para superar as incertezas vividas por ela e, desde o princípio, apontadas por Le Bon (1910). Criada em janeiro de 1978, a sociedade teve como sua primeira presidenta Jeanne Knutson e Harold Lasswell foi seu presidente honorário. Entre seus sócios aparecem nomes como Abelson, Christie, Eysenck, Janis, Rokeach, Sears e Zimbardo. A sociedade foi presidida por Maritza Montero e, na atualidade, é presidida pelo holandês Bert Klandermans. Em sua origem, a sociedade contava com 221 membros, sendo 80 deles da área da Ciência Política, 67 da Psicologia e os demais advindos da Sociologia, Psiquiatria, História, Antropologia, Comunicação e da Educação. Quem sabe essa pluralidade tenha que ver não apenas com o caráter interdisciplinar da Psicologia Política, mas também com o fato de ela ser um campo recente, em termos de consolidação. Nessa linha, já apontaram Maritza Montero e Alexandre Dorna (1993), para os quais:

a pesar del impulso inicial y de la existencia de algunos trabajos aislados [...] solo recientemente La Psicología Política ha comenzado a lograr un desarrollo académico autónomo. Y de hecho, aun hoy muchos investigadores en este campo trabajan a la sombra de otras disciplinas tales como la ciencia política, el derecho, la psiquiatría o la sociología. Esta dependencia ha creado una dispersión y un aislamiento bastante grandes cuya consecuencia es la multiplicidad de enfoques y la fragmentación temática, la falta de paradigmas integradores y una conceptualización aun incierta (p. 8).

Entendemos que a emergência da sociedade internacional e de outras sociedades nacionais veio ajudar consideravelmente na superação desse quadro descrito pelos autores. A emergência de sociedades em países como Brasil, França e Itália, certamente tem contribuído com o labor de edificar o campo e, como desejou Le Bon, de “provar seu valor” (p. 12) enquanto disciplina em um campo científico no qual, como ele mesmo já atestava, a inexistência de leis (paradigmas) universais dificulta o labor interpretativo e destaca as contradições próprias de um campo fragmentado e fragilizado como as Ciências Sociais. Sobre isso, apontou Le Bon: “Se fosse, aliás, fácil a interpretação dos phenomenos sociaes, estaríamos de accôrdo em tudo, ao passo que na realidade não o estamos em nada.” (p. 31).

Atualmente, a sociedade conta com cerca de 900 investigadores afiliados e sua atividade inspirou a criação de sociedades nacionais (e uma de âmbito regional, a Associação Ibero Latino-americana de Psicologia Política – AILPP), seja porque reconhecem o papel que esta desempenhou para o fortalecimento do campo nos Estados Unidos, seja porque se colocam em oposição ao *modus operandi* desta e/ou a sua visão da Psicologia Política.

Este quadro geral, também contribui para o desenvolvimento local da Psicologia Política brasileira no instante em que esta se consolida e avança em um movimento de ampliação interna e de conexão com a produção Ibero-americana. Ao observarmos as programações dos simpósios de Psicologia Política, destaca-se a presença de convidados oriundos da Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, México, Portugal e Uruguai, além de França e Holanda. Valeria a pena estudarmos a produção dos trabalhos apresentados nos simpósios e mesmo o conteúdo da RPP, as produções particulares desses grupos mais históricos ou mesmo as publicações que se enquadram na seara da Psicologia Política, mas isso demandaria um projeto de pesquisa mais arrojado, amplo e ambicioso, o que não é possível de realizar nessas poucas páginas.

Mas gostaríamos de destacar aqui que alguns destes elementos têm sido tratados e contribuem para a os esforços de constituição de uma história da Psicologia Política no Brasil. Esse é o caso do recente esforço de Guilherme Borges da Costa, Thomaz Ferrari D’Addio, Fábio Eduardo Bosso e Lorraine Lopes Souza (2013) quando se debruçam a estudar o processo de formação do grupo de pesquisa a que pertencem e que se origina a partir do grupo de Salvador Sandoval. O mesmo poderia ocorrer em, pelo menos, outros 10 grupos de pesquisa existentes no país e em diferentes regiões. Esse mapeamento ou o aprofundamento de elementos históricos são efetivamente desafios à constituição de uma Psicologia Política no Brasil. Quem sabe aqui podemos compartilhar alguns dos elementos conformadores dessa história da constituição do campo, a qual pessoalmente tivemos um papel significativo no período mais recente (a partir de 2000). E isto faz deste texto um exercício acadêmico mais severo, por um lado, e um jogo de recordações pessoais e coletivas, por outro, visto que são lembranças de um processo que também fomos protagonistas.

Mas efetivamente desejamos que este texto não só ajude nesse processo de registro da história do campo (Sabucedo, 2000), mas também gere a necessária curiosidade para a investigação da História e da Memória Política da Psicologia Política no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABPP. (2001). Linha Editorial. *Psicologia Política*, 1(1).
- Alves, Francisco das Neves. (1997). Silveira Martins X Júlio de Castilhos – A Personalização do Conflito Federalista: um estudo de caso. *Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, 9, 25-33.
- Britto, Victor de. (1908). *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudos críticos de Psychologia Política*. Porto Alegre: Livraria Americana.
- Camino, Leôncio. (2001, jan.-jun.). “Uma nova interlocutora no campo da Psicologia no Brasil: A Sociedade Brasileira de Psicologia Política”, São Paulo, *Revista Psicologia Política*, 1(1), 4-6.
- Costa, Guilherme Borges da., D’Addio, Thomaz Ferrari Bosso, Fábio Eduardo., & Souza, Lorraine Lopes. (2013, Jul./Dez). A Psicologia Política como campo interdisciplinar a partir da experiência da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. *Les cahiers psychologie politique* [on line], 23. Acessado em: 19 de julho de 2013, de: <<http://odel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=2485>>.
- Crochik, José Leon. (1995). A (im)possibilidade da Psicologia Política. Em Maria A. Azevedo, & Maria S. Menin, (Orgs.). *Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*, pp.13-56. São Paulo: Cortez/FAPESP.
- Dorna, Alexandre. (1998). Presencia y Realidad de la Psicología Política Francesa. *Psicología Política*, 16, 49-73.
- Escobar, Wenceslau. (1983). *Apontamentos sobre a Revolução de 1893*. Brasília: UnB.
- Furtado, Odiar. (2000). Psicologia E Compromisso Social – Base Epistemológica de uma Psicologia Crítica. *PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.*, 2(2), Londrina, 217-229.
- Martín-Baro, Ignacio. (1985). *Entre el individuo y la sociedad. Acción e Ideología. Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, Ignacio. (1991). El Método Psicología Política. Em Maritza Montero (Comp.) *Acción y Discurso. Problemas de Psicología Política en América Latina*. Caracas: Panapo.
- Montero, Maritza., & Dorna, Alexandre. (1993). La Psicología Política: una disciplina en la encrucijada. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 25(1), 7-15.
- Le Bon, Gustave. (1921). *Psicologia Política*. Rio de Janeiro: Garnier. (Originalmente publicado em 1910).
- Oliveira Vianna, José Francisco de. (1921). *Pequenos estudos de Psychologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia.
- Oliveira Vianna, José Francisco de. (1987). *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987, 2v.
- Rezende, Maria José de. (1999, jan./jun.). Oliveira Vianna e a Mudança Social no Brasil. *Cad. Est. Soe*, 15(1), Recife, 149-178.
- Rosa, Leandro., & Silva, Alessandro Soares da. (2012). A Psicologia Política: um breve olhar sobre as Américas. Em Marco A. B. Almeida, Alessandro S. da Silva, & Felipe Corrêa. *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. [e-book]. São Paulo: Edições EACH. Acessado em: 23 de setembro de 2012, de: <http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf>.

- Sass, Odair. (2005a). Psicologia, tecnologia e educação em Oliveira Vianna e Lourenço Filho. Em *28ª Reunião da Anped*, 2005, Caxambu/MG. Anais da 28ª Reunião da Anped, 2005. p. 1-15.
- Sass, Odair. (2005b). Psicologia, tecnologia e educação: apontamentos sobre Oliveira Vianna e Lourenço Filho. *Psicologia Política*, 5(10), 161-181.
- Silva, Alessandro Soares da. (2012a). *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo.
- Silva, Alessandro Soares da., & Zonta, Celso. (2010). A RPP em Revista: 10 anos contribuindo para a Psicologia Política Brasileira. *Psicologia Política*, 10(20), 192-197.
- Silva, Alessandro Soares da., & Zonta, Celso. C. (2011). A Psicologia Política no Cenário Ibero-Latinoamericano. *Psicologia Política*, 11(21), 9-15.

• Recebido em 19/05/2012.

• Aceito em 30/09/2012.